

# A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades

Manuela Martins\*

Maria do Carmo Ribeiro\*\*

## Introdução

O estudo e conhecimento das cidades constitui um vector fundamental do processo de desenvolvimento da sociedade actual, devido ao crescimento exponencial dos centros urbanos que torna indispensável uma reflexão sobre o seu passado e evolução presente e uma compreensão aprofundada sobre os elementos dinâmicos que podem assegurar a sua continuidade futura em termos harmoniosos.

É hoje generalizadamente reconhecido que a arqueologia desempenha um papel fundamental nesse processo, uma vez que as escavações arqueológicas contribuem para articular o passado e o presente das cidades, ajudando a

---

\* Professora Catedrática do Departamento de História do ICS da Universidade do Minho; Investigadora do CITCEM-UM, Agrupamento Paisagens, Fronteiras e Poderes; Responsável pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho; [mmmartins@uaum.uminho.pt](mailto:mmmartins@uaum.uminho.pt).

\*\* Professora Auxiliar do Departamento de História do ICS da Universidade do Minho; Investigadora do CITCEM-UM, Agrupamento Paisagens, Fronteiras e Poderes; [mcribeiro@uaum.uminho.pt](mailto:mcribeiro@uaum.uminho.pt).

configurar novos cenários urbanos, onde a história se pode constituir como um elemento simultaneamente integrador das populações, regenerador dos espaços e dinamizador da actividade económica.

No entanto, a Europa acordou tarde para o reconhecimento da importância da arqueologia na recuperação do potencial informativo das suas cidades históricas, datando apenas dos anos 60 do século XX as primeiras experiências consequentes de intervenção arqueológica, que farão nascer a arqueologia urbana. Neste âmbito cabe destacar o protagonismo inglês no estabelecimento das bases teóricas e do modelo de gestão da arqueologia urbana, bem como na introdução de novos métodos de escavação, de registo e de representação da complexa sedimentação dos solos urbanos.

Fazendo eco dos princípios da Carta de Veneza, a cidade passou a ser objectivada como sítio único, pluri-estratigrafado, cuja escavação permitia resolver problemas históricos, facto que pressupunha que cada cidade fosse objecto de um projecto de investigação consistente, com objectivos concretos, que permitissem avaliar e valorizar as suas particularidades evolutivas. A arqueologia urbana passou então a ser entendida, não apenas como arqueologia na cidade, mas também como arqueologia da cidade, tendo em vista o seu conhecimento como facto histórico, quer em termos temporais, quer espaciais e materiais.

No entanto, a aceleração do ritmo construtivo e a modernização dos centros históricos, bem como o aumento da capacidade de intervenção na estrutura urbanística, sob pressão da especulação imobiliária, acabariam por condicionar a evolução da arqueologia urbana europeia, conduzindo ao questionamento dos princípios teóricos que a formalizaram, nos anos 70 do século XX, como arqueologia de investigação.

De facto, tendo sido responsável por uma mudança substancial da praxis arqueológica, renovando métodos e criando um importante mercado de trabalho, que permitiu a profissionalização dos arqueólogos, a arqueologia urbana acabaria por ser vítima desse mesmo processo, que se revelaria fortemente contraditório com os princípios teóricos e éticos da disciplina.

Face a um progressivo desinvestimento estatal na arqueologia urbana, a partir dos anos 80 do século XX, que afectou de forma desigual vários países

européus e que impossibilitou a formação e/ou sobrevivência de equipas estáveis afectas ao estudo das cidades, a arqueologia contratual acabaria por se constituir como a solução mais fácil para dar resposta à crescente avalanche de intervenções arqueológicas de carácter preventivo, desencadeada pelos processos de crescimento e de renovação urbana e pela prática de aplicação de condicionantes arqueológicas aos solos das cidades.

Este processo afastou a arqueologia urbana dos seus desígnios iniciais, não tendo sido compensado, de forma consequente, por um necessário desenvolvimento de mecanismos de programação e planeamento urbano, que acautelassem devidamente a preservação do subsolo, em conformidade com os princípios estabelecidos nas cartas e convenções internacionais que se referem à protecção e conservação do património arqueológico das cidades históricas.

Com diferentes impactos, consoante os países, a arqueologia urbana acabaria por criar dinâmicas perversas, passando a funcionar, amiúde, como actividade ao serviço das solicitações dos promotores imobiliários, libertando as cidades da sua carga arqueológica para viabilizar novos empreendimentos.

Na ausência de projectos de investigação, capazes de dar sentido aos resultados das múltiplas intervenções arqueológicas, maioritariamente casuísticas, assistiu-se a uma deliberada fragmentação da cidade, enquanto sítio arqueológico único, que serviu os desígnios das administrações e dos promotores e o desenvolvimento da arqueologia comercial

No entanto, apesar do contexto de crise de confiança que mapeia actualmente a arqueologia urbana europeia, ela permanece como a única forma de renovar o conhecimento relativo à história das cidades actuais, permitindo sublinhar a sua identidade, bem como os valores de autenticidade e singularidade que as tornam diferentes entre si e justificam o seu crescente interesse turístico.

Porque são os artefactos mais complexos criados pelas comunidades humanas, paulatinamente retocados por sucessivos tempos e experiências, que lhes foram acrescentando novas expressões materiais, novas funcionalidades e novos significados, as cidades constituem um dos mais poderosos arquivos da memória da sociedade contemporânea. De facto, na cidade o passado está sempre presente, deixando-se perceber e viver nos espaços e arquitecturas

que a representam, enquanto materialidades em permanente construção, mas também nos vestígios que a arqueologia urbana traz à luz do dia, que permitem ampliar a sua dimensão temporal, valorizar a sua identidade e renegociar o seu valor e capacidade de atracção.

Por isso, importa não esquecer a importância que a arqueologia urbana assumiu no contexto do conhecimento da cidade como facto histórico, pese embora as tendências perversas que a sua prática tem vindo a assumir no passado recente, que tendem a afastá-la dos seus objectivos e a empobrecer um dos mais ricos patrimónios europeus.

Parafraseando o título de um livro de Jacques Le Goff, "por amor das cidades"<sup>1</sup>, julgamos útil historiar aqui um pouco da acidentada história de afirmação e desenvolvimento da arqueologia urbana, bem como os princípios consignados em defesa do património arqueológico urbano, designadamente no âmbito de cartas, convenções, recomendações e códigos de conduta, os quais deveriam ser tidos em devida conta pelos diferentes intervenientes públicos e privados que têm a responsabilidade de planear, renovar, mas também preservar as cidades onde vivemos.

Por amor das cidades e em homenagem a Francisco Sande Lemos, pela sua participação activa na defesa do "Projecto de Bracara Augusta" e da arqueologia urbana de Braga, mas também pelo seu reconhecido interesse pelo tema, que lhe mereceu várias reflexões publicadas em revistas e encontros científicos, mas também na imprensa periódica<sup>2</sup>.

## A evolução da arqueologia urbana no contexto europeu

Nas décadas que se sucederam à 2.ª Grande Guerra registou-se o aparecimento de uma arqueologia de carácter preventivo e de emergência nalgumas cidades europeias, muito embora se possa considerar que até aos anos sessenta do século XX as intervenções arqueológicas urbanas foram raras, assumindo um carácter pontual<sup>3</sup>.

De facto, podemos considerar que a realização de escavações sistemáticas nas cidades históricas constitui uma consequência directa do surto de actividade construtiva do pós-guerra, processo que se encontra particularmente bem documentado no Reino Unido, onde a renovação urbanística decorrente do crescimento económico das décadas de 50 e 60 do século passado, sem quaisquer preocupações patrimoniais, acabaria por gerar o descontentamento e a alteração das políticas de uso do solo (McGill, 1995).

Neste contexto, podemos considerar que a moderna arqueologia urbana nasceu no Reino Unido, sistematizando-se a partir da experiência das escavações realizadas em Londres, na área da City, entre 1946 e 1963, dirigidas por F. Grimes (Carver, 1987: 103), que exigiu a constituição de uma equipa de arqueologia permanente. A partir de 1967 também a cidade de Oxford passará a dispor de uma equipa de arqueologia urbana, o mesmo acontecendo em Winchester, a partir de 1968, onde M. Biddle dirigiu escavações entre 1962-1972.

Afirmava-se, assim, o princípio de que o desenvolvimento das cidades actuais deveria ser acompanhado por uma correcta investigação do seu passado (Biddle e Hudson, 1973), devendo os novos empreendimentos ser acompanhados da realização de escavações.

O arranque da arqueologia urbana inglesa fez-se acompanhar pela afirmação de conceitos, objectivos e metodologias que viriam a influenciar de forma desigual a experiência de outros países europeus.

Com efeito, os anos 70 do século XX foram profícuos na renovação das metodologias e na conceptualização das bases teóricas que deviam presidir à arqueologia urbana. Cabe destacar, desde logo, a definição de um objectivo claro para este ramo especializado da disciplina arqueológica, que se traduzia na investigação da cidade, como fenómeno urbano, na sua integridade, variabilidade e longa duração, procurando-se, deste modo, equiparar as escavações urbanas a quaisquer outras realizadas com fins científicos. Por outro lado, a sua prática exigia equipas interdisciplinares, devido à diversidade dos contextos presentes no registo arqueológico urbano, mas também profissionais, uma vez que lhes cabia realizar as escavações, gerir a informação, elaborar e processar os dados e produzir conhecimento, com mais eficácia e celeridade que qualquer

outra arqueologia especializada. Aspecto não menos importante, sublinhado por M. Biddle (1974: 95-112), era a defesa de equipas estáveis (*urban units*) para empreender os trabalhos arqueológicos, uma vez que a investigação da cidade se afirmava sempre como um projecto a longo prazo.

Ao longo da década de 70 do século XX o cenário da arqueologia urbana inglesa foi dominado pela proliferação daquele tipo de equipas, ao mesmo tempo que se registava uma importante renovação metodológica, adoptando-se o método de escavação em área, proposto por Ph. Barker (1969: 220-235; 1977) e os novos sistemas de representação estratigráfica desenvolvidos por E. C. Harris (1979).

A experiência britânica acabaria por influenciar a realidade francesa quanto à necessidade de se formalizarem equipas estáveis afectas às escavações urbanas. O exemplo de Tours<sup>4</sup>, onde foram os arqueólogos universitários a realizar a avaliação da potencialidade arqueológica da cidade (Galinié e Randoïn, 1979; Galinié, 1982), tornou-se referencial para a prática da arqueologia urbana francesa. Esta passou para a competência do Cnau (Centre national d'archéologie urbaine), criado em 1984, organismo estatal formalizado com o objectivo de programar, avaliar e divulgar a investigação nas cidades francesas<sup>5</sup>.

O paradigma da arqueologia urbana inglesa dos anos 70, com as suas "urban units" encontra-se representado em Portugal com o lançamento do "Projecto de Bracara Augusta", em 1976, e com a criação de uma equipa permanente, o Campo Arqueológico de Braga, cuja direcção científica e técnica foi entregue à Universidade do Minho, através do Decreto-Lei 640/76, de 30 de Julho. Na sequência deste decreto foi criada a Unidade de Arqueologia, que mantém, desde então, a supervisão dos trabalhos arqueológicos em Braga, em colaboração, desde 1992, com o Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal. No entanto, a falta de financiamento para manter uma equipa permanente, assegurado entre 1976-1980, por vários ministérios, fez-se sentir cruamente ao longo dos anos 80 do século passado, tendo os elementos da equipa do Campo Arqueológico sido integrados nos quadros do Museu D. Diogo de Sousa, revitalizado em 1980 (Lemos *et al*, 1995: 153-160; Martins e Lemos, 1997-98). No entanto, a equipa directiva do Projecto de Bracara Augusta foi mantida no quadro da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Enquanto se desenvolvia uma crescente percepção da fragilidade dos solos urbanos, que se traduziu no conceito de "erosão da história"<sup>6</sup>, a arqueologia urbana evoluía como "arqueologia militante", distanciando-se da arqueologia académica, cronologicamente orientada e marcadamente sazonal. Simultaneamente, definiram-se novos parâmetros de actuação, designadamente, quanto à avaliação da potencialidade informativa dos solos urbanos, através de cartas de risco, tendo em vista a minimização dos impactos negativos sobre o património arqueológico urbano (Biddle e Hudson, 1973), apelidado pelos arqueólogos franceses H. Galinié e B. Randoin (1979) como "arquivos do solo" (Galinié, 1992: 137-162).

Catalogar os recursos do subsolo das cidades, integrá-los nas normativas de planificação e estabelecer condicionantes sobre a edificabilidade das áreas urbanas, de acordo com o seu potencial arqueológico, tornaram-se práticas correntes nalgumas cidades europeias. No entanto, a arqueologia urbana viria a desenvolver-se nos diferentes países europeus e também nas diferentes cidades, com modelos de gestão e objectivos diferenciados, uns melhor sucedidos do que outros (Carver, 1983; 1987; Cleere, 1989). Na verdade, para além da sua própria história, quase todas as cidades têm também para contar uma história relativa os avanços e retrocessos da sua recente pesquisa arqueológica<sup>7</sup>.

A década de 70 do século XX pode ser considerada como um período de generalizado optimismo relativamente ao desenvolvimento da arqueologia urbana, tendo sido implementados novos instrumentos e metodologias de intervenção, criando-se igualmente um importante mercado de trabalho, que permitiu a profissionalização de jovens arqueólogos. No entanto, a pressão construtiva, com o conseqüente aumento do número de escavações, acabaria por determinar um número crescente de intervenções de salvamento, acompanhado por um progressivo desaparecimento das unidades permanentes de intervenção urbana, que se tornaram economicamente insustentáveis.

De facto, e salvo as raras excepções em a arqueologia urbana conheceu fortes investimentos dos organismos de tutela, como nos casos do Reino Unido, França, Itália, ou dos países nórdicos, que empreenderam programas de investigação arqueológica tendo em vista estudar a evolução das suas cidades, estas tornaram-se palco de intervenções maioritariamente casuísticas, reduzindo-se

por todo o lado a capacidade da arqueologia urbana actuar enquadrada em projectos e com os objectivos que pautaram a sua emergência (Biddle e Hudson, 1973; Carver, 1987; Galinié, 1992).

Esta situação acabaria por conduzir, nos anos 80 do século XX, à generalização de uma prática traduzida no conceito de “arqueologia em meio urbano”, que designa as escavações *ad hoc*, não integradas em programas de estudo, legitimadas pela necessidade de realizar intervenções prévias à execução de obras, mas destituídas de qualquer problemática ou objectivos científicos relacionados com o estudo das cidades.

Apesar das experiências positivas associadas ao arranque da arqueologia urbana esta viria a desenvolver-se nos anos 80 do século XX sob o signo da heterogeneidade das experiências e dos resultados, ao mesmo tempo que se tornavam cada vez mais evidentes as dificuldades as contradições subjacentes à sua prática (Ruiz Arbulo, 1997; Mar e Ruiz Arbulo, 1999; Lemos, 2000).

Enquanto que a arqueologia de salvamento crescia vertiginosamente nas cidades, sem que fossem desenvolvidos os necessários mecanismos de prevenção ou programação que acautelassem o crescendo de intervenções, as escavações urbanas forneciam enormes quantidades de dados que não conseguiam ser geridos, processados e estudados em tempo útil, de modo a transformarem-se em conhecimento científico e a permitirem o seu retorno social (Carver, 1992; 1996). Na verdade, a publicação dos resultados das escavações urbanas nunca constituiu uma prioridade da arqueologia preventiva, situação que se viu agravada com a prática do financiamento garantido maioritariamente pelos promotores, que só muito raramente assumem os encargos com os trabalhos da fase pós-escavação (Mar *et al*, 1999; Rodríguez Temiño, 2004).

O alheamento da arqueologia urbana relativamente ao conhecimento acentuou-se consideravelmente com o desenvolvimento da arqueologia contratual nos países onde as estruturas estatais de gestão do património eram mais frágeis, ou possuíam escassos meios para fazer frente ao financiamento da arqueologia preventiva, situação particularmente bem documentada na Península Ibérica (Lemos, 2000; Rodríguez Temiño, 2004).

Muito embora vários investigadores defendessem que só se devia escavar quando existissem programas de investigação, em cujo âmbito deveriam ser inseridos os dados obtidos nas intervenções de salvamento, a verdade é que, à semelhança do Reino Unido, muitos países europeus registaram, a partir da década de 80 do século passado, uma crescente diminuição da intervenção das tutelas no financiamento das escavações arqueológicas, facto que favoreceu o aparecimento de escavações independentes de quaisquer projectos científicos, sem qualquer investimento de tempo, esforço ou meios para valorizar os dados e terminar o ciclo do processo arqueológico.

Os anos 80 e 90 do século passado acabariam por ficar marcados pelo que pode ser considerado como uma grosseira simplificação da actividade arqueológica urbana, reconhecida como altamente complexa, mas gerida como mero acto administrativo na maior parte dos países (Rodríguez Temiño, 2004: 120), demitindo-se os organismos de tutela de investir, quer na regulação dos trabalhos, quer na concessão dos meios necessários ao estudo e divulgação dos resultados.

O vertiginoso desenvolvimento da arqueologia de salvamento nas cidades foi acompanhado do crescimento da arqueologia contratual, pois só ela parecia ser capaz de responder às crescentes solicitações do mercado, relativas à realização de escavações prévias ao início das obras. Por outro lado, generalizou-se a prática de atribuir os custos das intervenções arqueológicas aos promotores, passando a vingar o princípio do "poluidor pagador", divulgado em Inglaterra nos anos 80 do século XX e rapidamente adoptado noutros países.

De facto, a publicação, em 1990, do PPG 16 (Planning Policy Guidance Note 16: Archaeology and Planning) viria a consignar no Reino Unido a prática generalizada do financiamento privado da arqueologia urbana, recaindo sobre os promotores a obrigatoriedade de pagar a maior parte dos trabalhos arqueológicos, passando estes a ser directamente contratualizados com os arqueólogos (Darvill e Russel, 2002).

Por outro lado, o sistema de gestão dos projectos arqueológicos, codificado como MAP 2 (The Management of Archaeological Projects), publicado pelo English Heritage, em 1991, normalizou os procedimentos relativos às diferentes

fases do processo arqueológico, tendo em vista otimizar a gestão dos projectos de arqueologia.

Os dois documentos regulam, assim, de forma pragmática, as relações entre os arqueólogos e os promotores, estabelecendo obrigações para ambas as partes, designadamente, o dever dos privados financiarem os trabalhos da fase pós escavação. No entanto, apesar do carácter normativo dos referidos documentos e dos mesmos traduzirem uma expressiva preocupação com a divulgação dos resultados das intervenções arqueológicas, eles acabariam por desencadear algumas consequências perversas, bem diagnosticadas pelos investigadores ingleses (Andrews *et al*, 2000; Darvill e Russel, 2002). A separação entre o processo de escavação, a interpretação e a fase pós escavação, consignada no MAP 2, acabaria por transformar as intervenções arqueológicas numa linha de montagem, com clara divisão de tarefas especializadas, em que uns escavam, outros interpretam e, por vezes, outros publicam. No limite, a grande maioria dos arqueólogos que trabalham em empresas nada tem a dizer sobre a interpretação dos vestígios que escavam, circunstância que os transforma, na prática, em simples trabalhadores (Everill, 2009: 41). Na verdade, os efeitos combinados da mercantilização do trabalho arqueológico, a separação da escavação do processo de interpretação, bem como a generalizada falta de preparação para o trabalho de campo de muitos arqueólogos, que se faz sentir no âmbito da arqueologia contratual (Croucher *et al*, 2008), acabariam por criar uma subcultura laboral dentro da arqueologia britânica, traduzida na expressão “the invisible diggers”, usada por P. Everill (2009), num recente estudo dedicado à arqueologia comercial no Reino Unido.

A rápida assimilação do modelo liberal britânico de gestão da arqueologia preventiva por parte de alguns países, nomeadamente por Espanha e Portugal, sobretudo no que concerne à imputação dos custos das intervenções arqueológicas aos promotores, não tirou todas as consequências do processo, pois só muito raramente os cadernos de encargos contemplam o estudo e a publicação dos resultados das escavações (Rodríguez Tamiño, 2004).

Assim, o crescendo de escavações urbanas, que se traduziu numa incomensurável acumulação de dados por tratar, estudar e publicar, não reverteu num efectivo conhecimento sobre o passado das cidades, mas tão só em meros

relatórios, muitas vezes de questionável qualidade, ou em publicações de divulgação que B. Cunliffe (1990) designou de "pop books"<sup>8</sup>.

Pese embora a variabilidade das experiências e dos enquadramentos legais dos diferentes países europeus a prática da arqueologia urbana tem-se vindo a reduzir a simples acompanhamentos e escavações de carácter preventivo, maioritariamente casuísticas, sem qualquer enquadramento em projectos de investigação, servindo quase exclusivamente para libertar as cidades da sua carga arqueológica. Esta prática, legitimada pela banalização do conceito de "preservação pelo registo", gera uma ingente documentação histórica e arqueológica, cuja avaliação e valorização científica exigiria anos de trabalho, mas cujos custos não são contemplados nos cadernos de encargos aprovados pela administração pública, não sendo, também, por ela suportados (Rodríguez Tamiño, 2004).

Neste sentido a arqueologia urbana alheou-se crescentemente da avaliação da potencialidade arqueológica dos sítios, de uma programação concertada entre planeadores e promotores e de projectos de estudo das cidades, os quais exigiriam equipas estáveis capazes de coordenar as diferentes intervenções e praticar uma verdadeira "arqueologia da cidade e para a cidade".

A pressão construtiva, a afirmação do neoliberalismo económico, com o consequente aligeiramento da intervenção do Estado e a aplicação das leis do mercado à actividade arqueológica, com a multiplicação de equipas contratualizadas directamente pelos promotores, quase sempre de acordo com o princípio do preço mais baixo, sem qualquer coordenação científica, potenciaram a criação de um modelo mercantilista de gestão da arqueologia urbana, que, para além de escamotear o facto das cidades serem sítios arqueológicos únicos, gera situações assaz bizarras. De facto, a actuação de equipas diferenciadas na mesma cidade, não raro sem qualquer coordenação entre si e, frequentemente, com total desconhecimento dos contextos históricos e sedimentares em que trabalham, contribui para uma assinalável variedade da qualidade dos registos, para uma forte fragmentação e dispersão dos dados e para uma desqualificação da cidade histórica como sítio arqueológico (Mar e Ruiz Arbulo, 1999).

Assim, a dinâmica das escavações urbanas deixou de ser pautada pelos objectivos de investigação das cidades, ou pela resolução de problemas históricos,

tendo como principal motor os interesses dos promotores, em nome de uma presumível modernização urbana, a qual, sendo desejável, não é de todo incompatível com a defesa do património arqueológico das cidades.

De facto, na ausência de projectos de investigação seria necessário reforçar a comunicação entre as diferentes instituições implicadas nas intervenções arqueológicas urbanas, bem como o controlo da tutela relativamente à sua execução, à qualidade científica dos resultados e à preservação dos vestígios, considerando que a redução do trabalho arqueológico a meras actuações técnicas de registo, se conforma como pouco favorável à conservação de ruínas, ou à sua integração nos novos espaços construídos ou remodelados, sendo invariavelmente consideradas como indesejáveis pelos custos que acarretam e que ninguém deseja suportar.

Naturalmente que no cenário europeu pontuam exemplos de cidades que tentaram controlar a inevitável "erosão" dos seus subsolos.

Não cabendo no âmbito deste texto referenciar exaustivamente os exemplos de boas práticas em termos de arqueologia urbana europeia, sublinharíamos, todavia, os casos de algumas cidades inglesas onde a mesma é praticada, tanto com financiamentos privados como públicos, como Bath, ou York, escavada pelo York Archaeological Trust, fundado em 1972 (Addyman e Gaynor 1984; Addyman e Jones 1998), oferecendo-se a arqueologia urbana de Londres como um caso muito particular, onde não deixam de ser sentidas algumas das grandes deficiências da arqueologia urbana, designadamente no âmbito da publicação dos resultados (Wardle, 2005).

Cabe igualmente destacar o exemplo da arqueologia urbana irlandesa, com enquadramentos legais e modelos de gestão próximos dos ingleses (Lambrick e Spandl, 2000).

No âmbito peninsular podemos distinguir o caso de Mérida como um dos mais interessantes modelos de gestão da arqueologia urbana (Mateos Cruz, 1996; 1999; 2001), sendo de assinalar, também, o caso de Zaragoza onde foram realizados importantes investimentos públicos na arqueologia e na integração dos seus resultados no tecido urbano (Yeste Navarro, 2009: 165-196).

Em Portugal cabe destacar o caso de Mértola como um dos exemplos de boas práticas da arqueologia urbana, onde a existência de uma equipa estável, sempre com problemas de sobrevivência, tem conseguido manter um bom equilíbrio entre a realização das intervenções arqueológicas, a difusão dos resultados e integração das ruínas exumadas nos espaços remodelados.

O modelo de gestão da arqueologia urbana de Braga oferece-se igualmente como um caso particular, já que sempre se regeu por um projecto e por uma direcção científica, da responsabilidade da Unidade de Arqueologia Universidade do Minho (Lemos *et al*, 1995; Martins e Lemos, 1997-98).

Os resultados práticos da existência de um Projecto de Arqueologia Urbana em Braga, bem como de uma equipa estável responsável pelo planeamento e realização das intervenções arqueológicas, repartida entre a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e a Câmara Municipal de Braga, saldaram-se num importante acervo de dados arqueológicos relativos ao conhecimento das sucessivas fases de ocupação da cidade, centralizado e parcialmente informatizado, na existência de um significativo conjunto de núcleos arqueológicos distribuídos pela cidade, já musealizados, ou em vias de o ser e num esforço meritório de gestão planificada de áreas arqueológicas preservadas para o futuro, decorrentes do incentivo ao abandono de projectos de construção, do licenciamento de obras em cotas superiores àquelas em que se encontram os vestígios, ou através da afectação desses espaços a equipamentos sociais de superfície, em respeito dos princípios consignados na Carta de Malta.

## Cartas, Recomendações e Códigos de conduta relativos ao património urbano

Um dos primeiros documentos que refere a importância da cidade como monumento histórico é a Carta de Veneza, de 1964, aprovada no Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, reunido em Veneza, entre 25 a 31 de Maio daquele ano.

No artigo 1 do referido documento pode ler-se o seguinte:

*“O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo”.*

Pela primeira vez os sítios urbanos foram considerados como monumentos históricos, integrando, não só os edifícios artísticos, mas também a arquitectura vernácula. Com este enunciado abriu-se o caminho para considerar as cidades como sítios arqueológicos, valorizando-se a unidade dos conjuntos urbanos, conceito que estará presente na elaboração teórica que presidiu ao nascimento da moderna arqueologia urbana inglesa nos anos 70 do século XX.

Reforçando os princípios consignados pela Carta de Veneza, relativamente às cidades, e face ao explosivo desenvolvimento das mesmas, que ameaçava descaracterizá-las de forma dramática, a ICOMOS aprovou, em 1987, a “Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas”, também conhecida por Carta de Washington.

No preâmbulo deste documento pode ler-se:

*“Em resultado de um desenvolvimento mais ou menos espontâneo ou de um projecto deliberado, todas as cidades do mundo são a expressão material da diversidade das sociedades através da história, sendo, por esse facto, históricas.*

*A presente carta diz respeito, mais precisamente, às cidades grandes ou pequenas e aos centros ou bairros históricos, com o seu ambiente natural ou edificado, que, para além da sua qualidade como documento histórico, expressam os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais. (...)”*

Fazendo eco do texto da Recomendação da UNESCO, aprovado em Varsóvia-Nairobi, em 1976, relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais

e ao seu papel na vida contemporânea, o preâmbulo da Carta de Washington estabelece ainda o que se entende por "salvaguarda das cidades históricas", fixando que ela compreende *"as medidas necessárias à sua protecção, conservação e restauro, assim como ao seu desenvolvimento coerente e à sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea"*.

Vale a pena transcrever alguns dos princípios e objectivos da referida Carta, uma vez que eles fixam, de forma clara, o modo de actuar das entidades de tutela relativamente ao património urbano.

*"1. A salvaguarda das cidades e bairros históricos deve, para ser eficaz, fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento económico e social, e ser considerada nos planos de ordenamento e de urbanismo a todos os níveis.*

*2. Os valores a preservar são o carácter histórico da cidade e o conjunto dos elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem (...)"*

A Carta de Washington sublinha ainda a necessidade das cidades históricas elaborarem os seus planos de salvaguarda.

*"5. O planeamento da salvaguarda das cidades e bairros históricos deve ser precedido de estudos pluridisciplinares. O plano de salvaguarda deve incluir uma análise dos dados, designadamente arqueológicos, históricos, arquitectónicos, técnicos, sociológicos e económicos, e definir as principais orientações e modalidades de acção a empreender nos campos jurídico, administrativo e financeiro".*

No âmbito concreto da salvaguarda das cidades históricas, consignada nos documentos referidos, importa relembrar também algumas das recomendações contidas noutros documentos, designadamente na Convenção de Granada, promulgada pelo Conselho da Europa, em 1985, que define os princípios da conservação do património arquitectónico europeu, no qual são incluídos os monumentos, os conjuntos arquitectónicos e os sítios, estes últimos definidos como *"obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos para serem objecto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico"*.

A Convenção de Granada sublinhou ainda, no seu articulado, a necessidade dos estados europeus enraizarem as políticas de conservação do seu património arquitectónico em critérios culturais, mas também em factores ambientais, urbanísticos, económicos e sociais.

Neste contexto importa igualmente lembrar parte do conteúdo do "Brundtland Report", de 1987, emitido pela "World Commission on Environment and Development", que sugeriu que o crescimento económico dos países deveria ser compatibilizado com a gestão dos recursos, entre os quais se situam os patrimoniais.

A segunda Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, assinada em La Valette, em 1992, também chamada de Convenção de Malta, reviu os princípios consignados na primeira Convenção, com o mesmo nome, realizada em Londres, em 1969, adaptando-os à nova realidade económica e social da Europa de inícios da década de 90 do século passado.

O articulado do texto reforça a importância e o valor do património arqueológico para o conhecimento do passado das civilizações, reconhecendo, contudo, que o mesmo se encontra fortemente ameaçado pelo desenvolvimento económico. Neste sentido, os princípios da Convenção acentuam a necessidade das políticas de desenvolvimento e planeamento do território terem sempre em linha de conta a protecção do património arqueológico.

A confrontação de experiências dos diferentes países, bem como as necessidades de protecção dos vestígios arqueológicos ficaram inscritas nos programas de valorização do património cultural aprovados em Malta, no âmbito do "Plano europeu para a arqueologia", um dos quais centrado na arqueologia urbana.

Este programa consistiu na elaboração de um relatório sobre o estado da arqueologia urbana europeia, que avaliou de forma comparativa os modelos de gestão usados nos diferentes países, bem como as metodologias de estudo das cidades históricas. Este relatório, publicado pelo Conselho da Europa, com o título "Report on the situation of urban archaeology in Europe", em 1999, rastreia a experiência de vinte e dois países europeus, referindo as diferentes definições de arqueologia urbana e a cronologia abarcada pela mesma, a

natureza da documentação obtida pela arqueologia urbana, o papel da arqueologia no processo de planeamento das cidades e as formas de apresentação e publicação dos resultados.

Ainda no âmbito do mesmo programa e, na sequência do referido relatório, foi elaborado um código europeu de boas práticas para a arqueologia urbana, intitulado "Archaeology and the Urban Project. A European code of good practice", adoptado pelo Comité do Património Cultural do Conselho da Europa, na sua 15.ª sessão plenária de 8 a 10 de Março de 2000, realizada em Estrasburgo<sup>9</sup>.

Trata-se de um documento de inegável valor normativo e ético, que estabelece as regras de cooperação entre os principais agentes envolvidos no património arqueológico urbano, concretamente entre urbanistas, arqueólogos e promotores.

Dez anos volvidos sobre a publicação do referido código, ele mantém uma crua actualidade, sendo possível considerar que grande parte dos problemas que afectam a arqueologia urbana não existiriam se ele fosse tido em devida consideração, quer por parte das instituições reguladoras da actividade arqueológica, quer por parte dos responsáveis pelo planeamento urbano, para não falar dos promotores e dos próprios arqueólogos. E, no entanto, ele baseia-se nos princípios consignados na Carta de Malta, relativos ao património arqueológico, que foi ratificada por numerosos países, tendo os seus princípios sido transpostos para os regimes jurídico de vários outros, ainda que de forma bastante variável.

Permitimo-nos, por isso, relembrar neste texto, alguns dos considerandos mais relevantes do referido código.

Assumindo que a urbanização e o crescimento da população urbana contribuíram de forma dramática para a transformação das cidades criadas antes da revolução industrial, que se fez acompanhar pela massiva destruição de vestígios relativos à sua história, reconhece-se, no referido documento, a premente necessidade de repensar as políticas de crescimento urbano, tendo em vista corrigir erros do passado e regular a crise urbana, através de uma planificação consequente que valorize os centros históricos e a importância do passado nas cidades.

Por outro lado, acentuando a complexidade envolvida no processo urbanístico, o Código defende a parceria e estreita colaboração entre as autoridades públicas, os urbanistas, os arquitectos, os promotores e os arqueólogos, pois eles são os intervenientes directamente implicados no processo de planeamento das cidades, o qual deverá testemunhar e valorizar a sua riqueza histórica.

O documento considera ainda que todo o projecto urbano deve ser antecedido de um estudo arqueológico, apoiado por outras fontes, tendo em vista analisar a estrutura e a evolução da cidade, mas também o seu desenvolvimento social e cultural, reconhecendo, também, que a arqueologia é fundamental na avaliação e compreensão dos processos de dinâmica urbana.

No entanto, um dos aspectos mais importantes do documento relaciona-se com a questão da preservação dos depósitos e vestígios arqueológicos, princípio já consignado na Carta de Malta, que estabelece que os mesmos devem, sempre que possível, ser preservados *in situ*. O Código refere expressamente que o “princípio da conservação” dos vestígios arqueológicos deve ser salvaguardado nos programas de planificação e desenvolvimento urbano, de forma a evitar a realização de escavações. Reforça-se, assim, um dos princípios mais significativos da Carta de Malta, aplicado aos depósitos arqueológicos urbanos, os quais devem apenas ser escavados quando existam claros e fortes objectivos científicos e garantias de financiamento integral de todo o processo arqueológico que implica a realização de qualquer escavação.

A realidade da arqueologia urbana, tal como vem sendo praticada generalizadamente nas últimas duas décadas, não poderia estar mais distanciada deste importante princípio.

O progressivo reconhecimento da importância do património histórico e arqueológico para o desenvolvimento económico dos estados europeus, onde o turismo cultural desempenha um papel fundamental, enquanto “indústria limpa” e geradora de emprego, levou igualmente a uma defesa pragmática do património como recurso para o futuro, crescendo as preocupações com a sua conservação e apresentação pública.

Por isso, vale a pena recordar algumas das disposições contidas na Carta de Cracóvia de 2000, dedicada aos “Princípios para a Conservação e o Restauro do

património construído". A propósito dos diferentes tipos de património construído é referido o seguinte:

*"5. Qualquer intervenção que afecte o património arqueológico, devido à sua vulnerabilidade, deve estar estritamente relacionada com a sua envolvente: o território e a paisagem. Os aspectos destrutivos das escavações devem reduzir-se tanto quanto seja possível. Cada escavação deve ser acompanhada de documentação completa sobre os trabalhos arqueológicos.*

*Tal como em qualquer intervenção patrimonial, os trabalhos de conservação de achados arqueológicos devem basear-se no princípio da intervenção mínima. Os trabalhos arqueológicos só podem ser realizados por profissionais e a metodologia e técnicas usadas devem ser estritamente controladas.*

*Para a protecção e apresentação pública de sítios arqueológicos deve encorajar-se: o recurso a técnicas modernas; a criação de bancos de dados; a utilização de sistemas de informação e a utilização de técnicas de apresentação virtual dos sítios".*

A Carta de Cracóvia sublinha, mais uma vez, a necessidade de se reduzir ao mínimo as escavações arqueológicas. Por outro lado, são explícitas as preocupações relativas à necessidade de promover a protecção e apresentação ao público do património arqueológico, estabelecendo-se como desejável o minimalismo nas intervenções de conservação dos vestígios e a utilização das TIC's como forma de divulgação dos sítios.

A Comissão Europeia viria ainda a lançar alguns programas de avaliação dos factores ambientais e humanos que ameaçam o património arqueológico, promovendo a cooperação internacional na sua investigação.

No que concerne especificamente ao património arqueológico urbano a Comissão Europeia lançou o projecto APPEAR (Accessibility Project. Sustainable Preservation and Enhancement of Urban Subsoil Archaeological Remains), no âmbito da Acção 4 (City of tomorrow and Cultural Heritage), do Programa "Environment and Sustainable Development", que teve por objectivo analisar os mecanismos da sustentabilidade da conservação, integração e apresentação

pública dos vestígios arqueológicos nas cidades históricas. Neste sentido, procurou-se analisar as formas de consolidação das ruínas, bem como a sua gestão, tendo em vista valorizar a sua integração sociocultural no tecido urbano (Teller e Warnotte, 2003). O principal desafio do projecto consistiu em criar instrumentos para tornar os sítios arqueológicos acessíveis ao público, de modo a que este obtenha informação científica, educacional e estética, garantindo-se, simultaneamente, a máxima protecção dos vestígios arqueológicos<sup>10</sup>.

Na verdade, constitui um problema geral de toda a Europa a forma de valorizar o património arqueológico urbano, constituído por vestígios particularmente complexos e difíceis de integrar no denso tecido das cidades de modo a torná-los acessíveis ao grande público e a transformá-los em recurso histórico e cultural (Bellart, 1997).

## Em defesa das cidades e da sua história

A arqueologia urbana deve ser entendida como a investigação do património arqueológico da cidade, actuando de forma programada para o conhecimento da história urbana (perspectiva pró activa), mas também quando novas obras e infra-estruturas implicam a substituição de antigos edifícios ou a remoção dos depósitos pluri-estratigrafados que conformam o subsolo urbano, quando não é de todo possível evitar a sua afectação.

No entanto, a arqueologia urbana deve sempre actuar de forma a garantir o "princípio da conservação" dos vestígios *in situ*, em conformidade com os princípios consignados na Carta de Malta, o que implica desenvolver e aplicar metodologias de análise e registo não destrutivas e instrumentos, como a avaliação da potencialidade arqueológica dos solos e as cartas de risco, que deverão ser tidos em conta na planificação urbana, de forma a garantir a diminuição das intervenções de salvamento de carácter preventivo. De facto, só o significativo decréscimo deste tipo de escavações poderá permitir reorientar a arqueologia urbana para a realização de trabalhos arqueológicos em sítios

que ofereçam maior potencial para o conhecimento da história das cidades e que não estejam sujeitos a renovações urbanísticas eminentes.

Podemos considerar que é indispensável recuperar o paradigma que esteve na origem da moderna arqueologia urbana, quer no que respeita aos seus objectivos (o estudo das cidade), quer à constituição de equipas estáveis, quer ainda ao desenvolvimento de projectos de investigação. Estes servem para permitir uma adequada programação dos trabalhos arqueológicos, tendo por base o conhecimento do potencial das áreas que se pretendem escavar e uma rigorosa avaliação dos resultados, que devem ser cruzados com a informação disponível. Importa, por isso, evitar a dispersão dos registos e dos materiais de modo a que seja possível revisitá-los sempre que necessário, permitindo o avanço dos conhecimentos.

Neste contexto, é importante fazer vingar o princípio de que todas as intervenções arqueológicas devem ser entendidas como um processo científico único, que termina com a publicação e que inclui estudos prévios e análise e interpretação dos dados. Se não houver investigação dos resultados torna-se de todo impossível planificar e programar a actividade arqueológica na cidade e criar áreas de reserva através de uma avaliação informada da potencialidade dos solos.

É certo que as entidades de tutela e os promotores parecem pouco preocupados com os problemas de gestão científica da arqueologia urbana, interessando-lhes, sobretudo, que os futuros edifícios ou áreas a urbanizar não tenham problemas que impeçam o desenvolvimento dos projectos construtivos, sendo paradoxal que os vestígios arqueológicos sejam muitas vezes considerados um “empecilho”, ou uma fonte de polémicas e de problemas de gestão. Como afirmaram J. Ruiz Arbulo e R. Mar (1999) o entendimento relativo à eficácia da arqueologia para alguns serviços técnicos de engenharia, urbanismo, ou arquitectura, parece orientar-se pelo princípio de que os sítios devem estar “limpos de ruínas”, depois da passagem dos arqueólogos.

A gestão científica da arqueologia urbana, que preocupa os arqueólogos (Martins, 1997), parece bem menos importante que a gestão dos custos resultantes do aparecimento de vestígios que mereçam ser conservados, questão que se

tornou num terreno fértil de conflitos face à descapitalização progressiva dos organismos de tutela, à demissão das autarquias e ao desinteresse dos promotores, fundamentalmente preocupados em amortizar os custos da escavação e a perda de tempo provocada pelos trabalhos arqueológicos.

Por isso, para sair do labirinto das múltiplas e complexas contradições que afectam a arqueologia urbana seria importante que o princípio do “poluidor/pagador” consignado na lei, não se limitasse a cobrir os encargos com os acompanhamentos e escavações preventivas, tornando-se extensível às restantes fases do trabalho arqueológico, situação que certamente contribuiria para a diminuição das intervenções fragmentadas e casuísticas que caracterizam a arqueologia urbana na actualidade.

Torna-se, assim, indispensável responsabilizar os diferentes parceiros envolvidos no processo de urbanização, claramente identificados no “Código das boas práticas do projecto urbano”, de 2000, de modo a permitir que o desenvolvimento das cidades seja adequadamente planeado em termos sustentáveis e que sejam definidas estratégias de conservação do património arqueológico *in situ*. Só deste modo será possível evitar-se a delapidação do subsolo urbano, preservando-o para o futuro, de forma a usá-lo em condições adequadas para resolver os problemas históricos que se colocam ao estudo das cidades.

A arqueologia urbana não pode, nem deve continuar a ser entendida como um mero processo de gestão dos solos e dos equipamentos urbanos, mas sim como um processo de investigação, de reflexão e de ensaio de novas experiências de identificação, conservação e valorização do património urbano (Martins, 2007). Este deve ser tratado como documento de um arquivo que se encontra oculto, mas que também aflora à superfície através dos edifícios urbanos preservados. Neste sentido, o património arqueológico urbano deve ser catalogado de forma sistemática a fim de integrar as normativas de actuação urbanística e os planos directores municipais.

Importa ainda repensar os objectivos e resultados da arqueologia urbana, reorientando-a para novas temáticas de estudo e para novos conceitos que permitam valorizar a cidade como documento histórico. Para além da reconstrução topográfica das cidades ao longo do tempo, interessa desenvolver

modelos de análise relativos ao papel desempenhado pelas cidades como contexto de mudança das sociedades urbanas, quer em termos económicos, quer sociais e ideológicos (Rodríguez Tamiño, 2004).

É igualmente necessário reflectir sobre as formas de divulgar o passado das cidades, quer em termos de conhecimento, quer de interpretação dos vestígios, de modo a ensaiar novas formas de apresentação pública das ruínas, que aumentem o interesse das populações pela identidade dos seus espaços de vivência. De facto, só a sociabilização do passado, porque garante o enriquecimento do presente, poderá permitir que sejam as comunidades a pugnar pela defesa do seu património. Este deve ser usado como referencial de memória e como herança para as próximas gerações, podendo ainda ser transformado em recurso cultural e turístico,

Por amor das cidades, mas também por respeito para com um dos mais importantes arquivos da história.

## Notas

<sup>1</sup> Jacques Le Goff. *Por amor das cidades. Conversas com Jean Lebrun*, Ed. Teorema, Lisboa, 1999.

<sup>2</sup> Entre as suas contribuições mais significativas contam-se os seguintes títulos: "*A arqueologia urbana em Portugal*" (Lemos e Martins, 1992: 93-103); "*À descoberta de Bracara Augusta: um projecto de arqueologia urbana no Norte de Portugal*" (Lemos, Martins e Delgado, 1995: 53-60); "*Os caminhos da Arqueologia Urbana em Portugal: da década de 70 ao fim do milénio*" (Lemos, 2000); "*Estudo e Divulgação do Património Arqueológico Urbano. Reconstruções em Ambiente Virtual*" (Lemos, Bernardes e Martins, 2002); "*O conceito de arqueologia urbana*" (Lemos, 2005: 95-103) "*A lei e a Arqueologia Urbana*" (Lemos, 2006).

<sup>3</sup> As escavações realizadas em várias cidades do Báltico, a partir das décadas de 30 do século passado, representam uma excepção deste contexto, de que é exemplo Novgorod, na Rússia, cuja investigação arqueológica prosseguiu até aos nossos dias (Lemos, 2005: 95).

<sup>4</sup> Durante o Congresso de Tours, dedicado à arqueologia urbana em França, foi discutida a necessidade de se hierarquizar os sítios a investigar, tendo por base objectivos de investigação, tanto cronológicos como espaciais. Já então se defendia que não era possível escavar tudo, sendo fundamental seleccionar sítios com critérios científicos para resolver problemas históricos. Esta perspectiva foi retomada anos mais tarde por Carver (1992: 1996).

<sup>5</sup> Ameaçado de extinção no âmbito da reorganização dos serviços da administração pública francesa, o que causou acesa controvérsia, o Cnau viria a ser integrado, a partir de Janeiro de 2010, no "Bureau de l'élaboration et de l'utilisation des inventaires archéologiques de la sous-direction de l'archéologie de la "Direction generale des patrimoines", desconhecendo-se se mantém os mesmos objectivos e competências anteriores.

<sup>6</sup> Este conceito foi usado como título de um relatório, produzido em 1972, relativo à arqueologia e ao urbanismo de Inglaterra, País de Gales e Escócia, que advertiu para a dramática destruição do subsolo das cidades históricas, em resultado do desenvolvimento e reorganização urbanas.

<sup>7</sup> As experiências de várias cidades são avaliadas na obra de síntese dedicada à arqueologia urbana espanhola, da autoria de I. R. Rodríguez Tamiño (2004).

<sup>8</sup> Livros com muitas ilustrações e pouco texto, mas com grande êxito junto do público.

<sup>9</sup> O referido documento foi publicado no "*The European Archaeologist*", N.º 13, Summer 2000 estando disponível *on line* <http://www.e-a-a.org/tea13.pdf>.

<sup>10</sup> Algumas das reflexões produzidas no âmbito deste projecto podem ser consultadas *on line* [http://www.in-situ.be/contrib\\_1\\_fr.pdf](http://www.in-situ.be/contrib_1_fr.pdf).

## Bibliografia

- Addyman, P. e Gaynor, A. (1984). The Jorvick Viking Center. An Experiment in Archaeological site interpretation, *International Journal of Museum Management and Curatorship*, 3: 7-18.
- Addyman, P. e Jones, A. (1998). Archaeology and education in York, *II Seminari Arqueologia I ensenyament (Bellaterra 1998), Trballs d'Arqueologia*, 5: 125-138.
- Andrews, G.; Barrett, J. C.; Lewis, J.S.C. (2000). Interpretation not record: the practice of archaeology, *Antiquity*, 74: 525-530.
- Barker, Ph. (1969). Some aspects of the excavation of timer buildings, *World Archaeology*, 1: 220-235.
- Barker, Ph. (1977). *Techniques of Archaeological excavation*, Batsford, Londres.
- Biddle, M. (1974). The Future of the Urban Past, in Rathtz, P. (ed), *Rescue Archaeology*, Harmonds-worth: 95-112.
- Biddle, M. e Hudson, M. D. (1973). *The future of London's Past. A survey of the archaeological implications of planning and development in the nation's capital*, Londres.
- Carver, M. O. H. (1983). Forthy French Towns: an archaeological site evaluation and historical aims, *Oxforg Journal of Archaeology*, 2: 339-378.
- Carver, M. O. H. (1987). *Underneath English Towns. Interpreting Urban Archaeology*, Blastford, Londres.
- Carver, M. O. H. (1992). Digging for data: archaeological approaches to data definition, acquisition and analysis, *Jornadas Internacionales de Arqueología de Intervención*, Bilbao: 163-175.
- Carver, M. O. H. (1996). On archaeological value, *Antiquity*, 70: 45-56.
- Cleere, H. F. (1982). Le patrimoine archéologique urbain en Grande-Bretagne, *Archéologie Urbaine. Actes du Colloque International*, (Tours, 1980), Paris: 125-128.

- Cleere, H. F. ed. (1989). *Archaeological Heritage Management in the Modern World*, Unwin Hyman, Londres.
- Croucher, K.; Cobb, H.; Brennan, A. (2008). *Investigating the role of fieldwork in teaching and learning archaeology*, Liverpool, Higher Education Academy Subject Centre for History, Classics and Archaeology.
- Cunliffe, B. (1990). Publishing in the city, *Antiquity*, 64: 667-671.
- Darvill, T. C. e B. Russel (2002). *Archaeology after PPG16: Archaeological Investigations in England 1990-1999*, Bournemouth University, Institute of Health & Community Studies
- Everill, P. (2009). *The invisible diggers. A study of British Commercial Archaeology*. Heritage Research Series, I, Exeter
- Galinié, H. (1982). Expérience d'archéologie urbaine à Tours (1973-1980), *Archéologie Urbaine. Actes du Colloque International*, (Tours, 1980), Paris: 79-82.
- Galinié, H. (1992). La gestion des archives du sol en ville, *Jornadas Internacionais de Arqueología de Intervención*, (Donostia, 1991), Bilbao: 137-162.
- Galinié, H. e Randoín, B. (1979). *Les archives du sol à Tours, survie et avenir de l'archéologie de la ville*, Tours.
- Galinié, H. e Randoín, B. (1987). *L'elaboration des documents d'évaluation du patrimoine archéologique urbain*, Tours.
- Harris, E. C. (1979). *Principles of Archaeological Stratigraphy*, Londres.
- Le Goff, J. (1999). *Por amor das cidades. Conversas com Jean Lebrun*, Ed. Teorema, Lisboa, 1999.
- Lemos, F. S. (2000). Os Caminhos da Arqueologia Urbana em Portugal: da década de 70 ao fim do milénio", *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, 8, Porto, ADECAP: 22-36.
- Lemos, F. S. (2005). *O conceito de arqueologia urbana, in Inventariação e Classificação Patrimonial: Conceitos e Métodos e Arqueologia Urbana, Coleção Fórum*, 10, Lisboa: 95-103.
- Lemos, F. S. (2006). A Lei e a Arqueologia Urbana, *Praxis Archaeologica* 1: 15-21 [\[PDF\]](#).

- Lemos, F. S. e Martins, M. (1992). A Arqueologia Urbana em Portugal, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 7, Lisboa: 93-103
- Lemos, F. S.; Martins, M.; Delgado, M. (1995). *À descoberta de Bracara Augusta: um projecto de arqueologia urbana no Norte de Portugal*. *Forum*, 17, Braga: 53-60.
- Lemos, F. S.; Bernardes, P.; Martins, M. (2000). Estudo e Divulgação do Património Arqueológico Urbano – Reconstruções em Ambiente Virtual, *Actas do Seminário sobre Património Edificado e Novas Tecnologias*, Lisboa, IPPAR e Instituto Açoriano da Cultura: 97-115.
- Mar, R.; Ruiz Arbulo, J.; Subias, E., eds. (1999). *Viure les ciutats històriques. Recuperar la memòria urbana. L' arqueologia en la rehabilitació de les ciutats històriques*. Tarragona: Universitat Rovira i Virgili / Fundació "La Caixa".
- Mar, R.; Ruiz Arbulo, J. (1999). Arqueologia i planificació urbana a Tarragona. Tradició historiogràfica i realitat actual, in: Mar, R.; Ruiz Arbulo, J.; Subias, E. (eds.), *Recuperar la memòria urbana. L' arqueologia en la rehabilitació de les ciutats històriques*, Tarragona: 131-157 (disponível *on line*).
- Martins, M. (1997). A gestão da Arqueologia Urbana: Realidades, Problemas e Desafios, in *I.º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico. Perspectivas em diálogo*, *Arkeos*, 1, Tomar : 91-112.
- Martins, M. e Lemos, F. (1997-98). Duas décadas da vida de um projecto: o salvamento de Bracara Augusta, *Cadernos de Arqueologia*, série 2, 14-15, Braga: 9-21 (disponível *on line*).
- Mateos Cruz, P. (1996). Proyecto de arqueologia urbana en Mérida. Desarrollo y primeros resultados, *Extremadura arqueológica*, n.º 4: 191-216
- Mateos Cruz, P. (1999). La arqueologia urbana en Mérida, *Mérida, Excavaciones arqueológicas*, n.º 5: 12-20.
- Mateos Cruz, P. (2001). Augusta Emerita: la investigación arqueológica en una ciudad de época romana, *Archivo Español de Arqueologia*, 74, n.º 183-184, Madrid: 183-208.

- McGill, G. (1995). *Building on the Past. A guide to the archaeology and development process*. E & FN Spon, Londres
- Teller, J. e Warnotte, A. (2003). La mise en valeur des vestiges archéologiques en milieu urbain, APPEAR Contribution (1) – Novembre 2003 (disponível *on line*)
- Lambrick, G. e Spandl, K. (2000). *Urban Archaeological Practice in Ireland. Dublin: The Heritage Council*.
- Rodríguez Temiño, I. R. (2004). *Arqueología urbana en España*. Barcelona: Ariel Patrimonio.
- Ruiz Arbulo, J. (1997). Arqueología universitaria y actividad profesional a fines del siglo XX, in Mora, G. e Diaz Andreu, M. (eds.), *La cristalización del pasado: génesis y desarrollo del marco institucional de la Arqueología en España* (Madrid, 1995), Málaga: 657-666.
- Ruiz Arbulo, J. (2009). Viviendo en un circo romano. Arqueología urbana en el centro histórico de Tarragona, in *Actas del Simposio Internacional Ciudad sobre ciudad. Interferências entre pasado y presente urbano en Europa*, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, Valladolid: 411-443.
- VVAA (1999). *Report on the situation of urban archaeology in Europe*, Conselho da Europa.
- Yeste Navarro, I. (2009). Descubriendo Caesaraugusta: La ciudad romana emerge en Zaragoza, in *Actas del Simposio Internacional Ciudad sobre ciudad. Interferências entre pasado y presente urbano en Europa*, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, Valladolid: 165-196.
- Wardle, A. (2005). The Londinium project, *Winchester Conference Programme*: 34 (disponível *on line*).

## Resumo

Pretende-se com este trabalho apresentar uma breve síntese sobre a emergência e desenvolvimento da arqueologia urbana na Europa, procurando-se caracterizar a evolução recente da disciplina e algumas das suas principais contradições. Fornece-se igualmente uma sinopse dos princípios contidos nas principais cartas, convenções e outras recomendações internacionais que dizem respeito à preservação das cidades e do seu património arqueológico, que podem enquadrar para as boas práticas na arqueologia urbana, tendo em vista a obtenção de conhecimento útil sobre a história urbana e a promoção da sua valorização social.

**Palavras-chave:** arqueologia urbana; arqueologia de salvamento; Carta de Veneza; Carta de Malta; Carta de Washington; história urbana.

## Abstract

This work provides a brief summary of the emergence and development of urban archaeology in Europe, seeking to characterize the recent evolution of the discipline and some of its major contradictions. It also provides a synopsis of the principles contained in the main cards, conventions and other international recommendations concerning the preservation of the town and its archaeological heritage, which provide the framework for good practice in urban archaeology, in order to obtain useful knowledge about urban history and promoting its social valuation.

**Keywords:** urban archaeology; rescue archaeology; Venice Charter; Malta Charter; Washington Charter; urban history.